PRÁTICAS INCLUSIVAS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS PARA PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INTEGRADORA: CAMINHOS E DESAFIOS

MARIA DILMA QUEIROZ CANDIDO

RESUMO

Este presente texto discorre sobre a importância de uma prática inclusiva no ambiente escolar, no desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e a aprendizagem de alunos com e sem deficiência, em investimentos de recursos e equipamentos que favoreçam a prática inclusiva no contexto educacional e na formação continuada dos docentes. O texto traçou reflexões teóricas de pesquisadores da área de educação e educação especial com importantes estudos em relação a educação inclusiva. Desta forma, objetivou se com este artigo, propor uma discussão sobre práticas inclusivas no âmbito escolar que promova de fato uma educação integradora, que beneficia a todos os educandos no seu processo de aprendizagem, primando pela parceria entre docentes, gestores e familiares, enfatizando que para haver transformações na educação é necessário, primeiramente, que ocorram mudanças no olhar do educador sobre o aluno com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Práticas Pedagógicas Inclusivas. Atendimento Educacional Especializado. Formação Continuada.

INTRODUÇÃO

Uma escola inclusiva trata-se de uma concepção educacional que permite que estudantes com e sem deficiência percorram sua trajetória escolar lado a lado, juntos em sala de aula e tenham oportunidades iguais de aprendizagem. Mas, para que isso efetivamente aconteça, é preciso que as escolas assegurem uma educação de qualidade, eliminem qualquer tipo de prática excludente e criem condições para que a inclusão aconteça de fato para todos com ações fundamentadas no respeito ao outro, na diversidade e na solidariedade, objetivando deste modo, que todos os envolvidos estejam comprometidos com o processo educacional de todos os educandos.

a consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (Parecer CNE nº 017/2001).

O movimento da escola inclusiva surgiu no final do século XX trazendo novos paradigmas sobre a inclusão, desestruturando desta forma, o modelo de educação especial que os professores estavam acostumados e acreditavam. Nota se então a falta de preparo dos educadores para acolher o aluno com deficiência e outros transtornos de aprendizagem e ensiná-lo em classes regulares. Neste sentido, a temática sobre inclusão passou a fazer parte das discussões que perpassam toda a área educacional, promovendo novos desafios, concepções e redirecionamento de práticas pedagógicas de professores de salas regular, especialistas, gestores escolares e pais.

Apesar de tantas discussões sobre educação inclusiva ao longo desses anos e implementações de leis, ainda hoje se vê nos ambientes escolares discursos de professores que não se sentem capacitados para lidar com este público, pois isso exige planejamento, mudanças no sistema político administrativo e no Projeto Político Pedagógico da escola, parceria entre os docentes, gestores e famílias além de fatores que vão desde a distribuição de recursos financeiros, adaptações físicas, adaptações e flexibilizações curriculares, revisão de formas de interação até propostas diferenciadas de aprendizagem.

Diante de tudo isso é de extrema importância a formação continuada de professores para que possam atender aos desafios de construir uma escola inclusiva e de fato promover uma educação para todos. Porém, ser um professor promotor da inclusão vai muito além de cursos e certificados, demanda na mudança de ver o aluno como ser único, com suas individualidades e necessidades e na constante avaliação das práticas pedagógicas para reconhecer as que excluem e desenvolver as que incluem.

1 ESCOLA INCLUSIVA

Uma escola inclusiva do ponto de vista educacional, trata-se de um lugar que permite aos educandos com e sem deficiência percorrer sua jornada escolar lado a lado. No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (BRASIL, 1996, art., 21), o sistema educacional se divide em níveis: “Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica está subdividida em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino

Médio”. Desta forma, um indivíduo que inicie o processo de escolarização por volta dos quatro anos, na Educação Infantil, concluirá todas as etapas do processo, caso não haja reprovações e interrupções, por volta dos 17 anos. A Constituição Brasileira de 1988 prevê que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2006).

De acordo com às leis nacionais e políticas de educação, a escola deve ser um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, precisa garantir o direito de matricular todos os alunos, sem distinções, e oferecer condições de acessibilidade, prática pedagógica consistente e ambientes inclusivos para todos. Neste sentido, garantir o atendimento à diversidade humana e ser capaz de prover uma educação de qualidade a todos os estudantes é uma prática integradora da escola inclusiva. Prever a igualdade de oportunidades, garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção, também fazem parte das ações de uma escola inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, traz a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

Uma escola inclusiva tem como objetivo a educação para todos, deixando os estudantes capaz de construir uma sociedade mais igualitária e consciente. Neste sentido, essa concepção de ensino propõe que a escola seja livre de qualquer preconceito e valorize as diferenças e individualidade de cada indivíduo. Assim sendo, não é suficiente apenas matricular a pessoa por força da lei em uma turma de ensino regular, não é só inserir o indivíduo em uma sala de aula, incluir é muito mais que isso. Incluir de fato demanda práticas que oportunizem o aprendizado, o respeito e convivência com as diferenças de todos os educandos. Neste caso, uma escola inclusiva objetiva garantir aos alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades a mesma possibilidade de formação integral ofertada aos demais alunos, más, para que isso de fato aconteça, é preciso que as escolas assegurem uma educação de qualidade e eliminem qualquer tipo de prática excludente.

[...] as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são orientados a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas salas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm a possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (MANTOAN, 2006, p .45)

E ainda segundo Pacheco, (2007, p. 15):

A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais, se ajuste à escola (integração). De acordo com a Declaração de Salamanca, sobre necessidades educacionais especiais, 'aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades.

1.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AMBIENTES EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Historicamente sabe se que a escola foi operacionalizando seu sistema frente aos indivíduos com deficiência, de maneiras distintas, até se chegar no contexto educacional brasileiro que temos hoje. Inicialmente quando passou a prever a inclusão desses educandos no contexto da escola regular, eles foram inseridos em classes especiais. De acordo com Mendes (2006), "essas classes eram destinadas a atender a alunos que na comparação com aqueles instituídos como normais, passaram a ser produzidos como anormais". A oferta da educação escolarizada nessas classes especiais fez com que as práticas educacionais fossem divididas em duas vertentes: escola regular e classe especial. Com os saberes educacionais voltados para sujeitos específicos acarretou que o atendimento de alunos com alguma necessidade especial ocorresse se em classe especial, separadamente dos outros alunos considerados "normais". Essa separação produziu práticas pedagógicas isoladas, ao invés de complementares, distanciando ainda mais os sujeitos dentro do contexto escolar.

Diante disso, por muito tempo quan-

do se falava em inclusão escolar ou escola inclusiva o que se pensava efetivamente sobre propostas pedagógicas não comtemplavam um modelo de inclusão, mas sim de integração, pois as escolas não trabalhavam com programas de inclusão de qualidade, apenas inseriam os alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Neste sentido, as experiências educacionais mais segregavam os alunos do que realmente incluía. Com a implementação das Políticas Públicas de Inclusão a classe especial deixa de existir como espaço privilegiado e o aluno com deficiência passa a ser encaminhado à classe regular na escola inclusiva. Assim sendo, as práticas pedagógicas precisaram ser revistas para que de fato, os ambientes educacionais se tornassem realmente inclusivos. Atualmente, a educação inclusiva ainda enfrenta desafios para ser implementada nas Instituições de ensino, porém, isso não deve sobressair ao objetivo principal de uma escola inclusiva que assegura o direito de todos os estudantes frequentarem a sala de aula regular juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Segundo Menezes, 2011, p. 152.

Se a escola é para todos, façamos o possível para que nelas todos permaneçam. Tratemos de operacionalizar práticas de subjetivação, não só dos professores, mas também dos alunos, para que passem a relacionar-se com sua vida escolar de forma diferenciada. Para que aqueles que não apresentam dificuldades em desenvolver suas aprendizagens se preocupem em colaborar com aqueles que precisam e para que estes busquem cada vez mais mobilizar-se para superar suas dificuldades.

Por isso, pensar práticas pedagógicas em ambientes educacionais inclusivos demanda alguns conhecimentos, como: Todo individuo tem o direito de acesso à educação; todos aprendem; o processo de aprendizagem de cada pessoa é único; o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos; a educação inclusiva diz respeito a todos.

inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 139).

2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica compreende que:

por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (Res. CNE/CEB n. 02/2001).

Neste sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial e indispensavelmente precisa ser diferente do ensino escolar, portanto, não deve ser caracterizado como um tipo de reforço escolar ou complementação pedagógica, assim sendo, o AEE é uma parceria entre profissional especializado e professor da sala comum para verificar as dificuldades de aprendizagem dos educandos e juntos decidirem qual melhor estratégia de trabalho para alcançar o objetivo real de aprendizagem de cada estudante.

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado pode ser ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que são espaços físicos localizados em escolas públicas em horário contraturno do ensino regular em dias determinados da semana ou outros ambientes que o profissional especializado e professor da sala de aula comum julgar necessário. Para atender esses alunos é importante que o especialista tenha especialização, neste caso, não basta ter somente as formações especializadas em determinadas deficiências, como auditiva ou visual por exemplo, mas sim formação em Educação inclusiva. O público-alvo que deverá ser atendido neste serviço são indivíduos com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e/ou superdotação. Como institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica na resolução nº 4 de 2009, estes alunos são considerados como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. 1 II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno de-

sintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1).

Como dito anteriormente o AEE é um serviço de apoio ao professor da sala de aula comum que objetiva oferecer meios e modos que efetive de fato o aprendizado dos educandos e pode ser destinado ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, bem como na introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, e para a preparação e disponibilização de material pedagógico acessível etc. Deste modo, quando ocorre de fato uma Educação Inclusiva, todos são beneficiados, tanto educandos quanto educadores.

[...] o professor especialista não deve assumir o papel do professor da classe regular, mas adquirir um conhecimento mais sólido do currículo e dos conteúdos, essencial à colaboração, de forma que facilitaria as modificações para beneficiar a todos os alunos (CAPELLINI; MENDES, 2007, p.124).

3 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES

Não há uma escola inclusiva sem a prática docente, um complementa o outro, por isso é de extrema importância falar na formação do professor. Tratar esta questão da formação continuada dentro das escolas é uma prática necessária para melhorar a qualidade do ensino que será oferecido a todos os estudantes, sejam eles com deficiência ou não. No dia a dia da rotina escolar vemos e ouvimos muitos educadores dizerem que não se sentem preparados para assumir salas com crianças com deficiência, isso atualmente, que é muito comum recebermos alunos com diferentes diagnósticos. Diante disso, a necessidade da formação continuada torna-se um fator extremamente necessário, ainda mais que os cursos de graduação em licenciatura plena não contemplam esta formação e os professores recém-formados não se sentem preparados. Por outro lado, o professor ainda precisa saber aplicar sua prática docente na sala de aula centrando se no desenvolvimento integral do aluno com ou sem deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento, objetivando uma aprendizagem significativa para todos. Pensando nisso, todo docente precisa ter consciência que sua formação precisa ser continua e permanente no dia a dia.

Atualmente, o mundo no seu conjunto evolui tão rapidamente que os professores, como aliás os membros das outras profissões, devem começar a admitir que a sua formação inicial não lhes basta para o resto da vida: precisam se atualizar. e aperfeiçoar os seus conhecimentos e técnicas ao longo de toda a vida. O equilíbrio entre a competência na disciplina ensinada e a competência pedagógica deve ser cuidadosamente respeitada (DELORS, 2002, p.161-162).

A formação continuada precisa fazer parte do cotidiano dos professores pois, além das demandas educacionais mudarem constantemente e alguns educadores não conseguirem acompanhá-las, também precisam estar de acordo com as políticas voltadas para a educação, neste sentido, para que isto ocorra, se faz necessário ações no contexto escolar que possibilite o debate destas questões pelos gestores e professores e também espaços para trocas de experiências entre todos os docentes, pois desta forma estarão constantemente avaliando e refletindo em grupo sobre as melhores estratégias a serem desenvolvidas.

A escola é o lugar de formação do professor e existe a necessidade de permitir que a escola possa ter espaço para reflexões coletivas sobre as práticas. A reflexão coletiva sobre as práticas deve ocorrer em momentos de partilha, possibilitando transformar experiências em conhecimento profissional (MORGADO, 2013, p. 23).

Sabemos que os cursos de pós-graduação e extensões na área da educação inclusiva são necessários para uma formação continuada, mas vale ressaltar que não é somente isso que valida a capacidade para atuação do professor, mas também a formação em serviços, a troca de saberes entre os professores e a abertura para mudanças de atitudes no exercício da prática docente. Como diz Paulo Freire:

Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se "dispõe" a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. (FREIRE, 2001, p.31).

Sabe se que além da formação continuada do professor as Instituições de ensino, sejam elas públicas, privadas ou sem fins lucrativos subsidiadas pelas esferas governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) precisam fornecer e investir em equipamentos, salas de recursos multifuncionais e eliminação de barreiras, afim de dar condições para que o educador possa exercer sua função da melhor maneira possível, objetivando de fato a Inclusão de todos os alunos mantendo excelência na sua prática pedagógica. Para Mantoan (2006, p.57) "a formação conti-

nuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado nesse trabalho de embasamento teórico, nota se que a educação inclusiva é um processo que respeita as diferenças, envolve compromisso da comunidade escolar, da família e das esferas políticas e preza por ações que garantam estratégias didáticas metodológicas que favoreçam a aprendizagem e formação dos educandos, visando uma educação integradora, com qualidade, no qual, todos os alunos possam aprender e consigam desenvolver e ampliar habilidades de diferentes áreas do conhecimento humano. Nessa situação, evidencia se a responsabilidade da escola de planejar estratégias favoráveis as demandas de cada indivíduo desviando o foco das dificuldades individuais.

Assim sendo, torna se necessário considerar a importância de os educadores refletir sobre as práticas pedagógicas e alinhá-las com a proposta de uma escola inclusiva. Neste sentido, entende se que a sala de aula não é apenas um espaço geográfico, mas um ambiente onde o professor na sua missão de ensinar e compartilhar saberes, deverá fazê-lo de maneira articulada entre o saber estruturado e aquele vivenciado pelos estudantes em outros ambientes sociais e culturais fora dos muros da escola.

No campo da formação continuada do docente para a educação inclusiva considero que podem contribuir de maneira significativa para que as mudanças nas escolas aconteçam de fato e que experiências bem-sucedidas não sejam mais exceções no nosso cenário educacional e sim a norma de uma educação democrática. Portanto, compreendo que para a escola tornar se de fato inclusiva vários fatores precisam estar alinhados, como políticas públicas efetivas que superem a fragmentação das políticas educacionais e que favoreçam a valorização dos profissionais da educação bem como formação continuada, condições adequadas de trabalho e práticas pedagógicas que colabore com a construção de práticas inclusivas. Outro ponto importante é buscar perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento individual de todos os alunos, independentemente de qualquer deficiência, diferença ou dificuldade.

INCLUSIVE PRACTICES IN EDUCATIONAL ENVIRONMENTS TO PROMOTE

INTEGRATIVE EDUCATION: PATHS AND CHALLENGES

ABSTRACT

This text discusses the importance of an inclusive practice in the school environment, in the development of pedagogical practices that favor the inclusion and learning of students with and without disabilities, in investments of resources and equipment that favor inclusive practice in the educational context and in the continuing education of teachers. The text drew theoretical reflections of researchers in the area of education and special education with important studies in relation to inclusive education. Thus, the objective was to propose a discussion on inclusive practices in the school environment that actually promotes an education integrator, which benefits all students in their learning process, strife for the partnership between teachers, managers and family members, emphasizing that in order to have transformations in education it is necessary, first, that there are changes in the educator's eyes on the student with disabilities.

Keywords: Inclusion. Inclusive Pedagogical Practices. Specialized Educational Service. Continuing Education.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. A formação dos professores e a mudança organizacional das escolas. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). Formação Continuada e Gestão da Educação. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 017/2001.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N.4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009a. Disponível em <>Acesso em: 30 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Brasil, 1996. Disponível em: < Documento1 (mec.gov.br)> Acesso em: 07 mai. 2021.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP, 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <EDUCAO INCLUSIVA: POLTICA NACIONAL DE EDUCAO ESPECIAL

(mec.gov.br)> Acesso em: 07 de mai. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria

Amorim (org.). Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva. 2011. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.